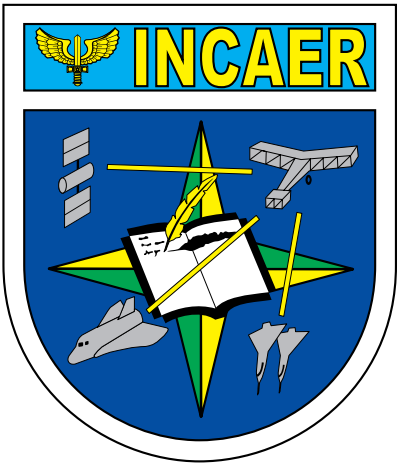
Sou o hoje, o amanhã: a Intendência da FAB e o seu Patrono

Nº 37

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Sou o hoje, o amanhã:

a Intendência da FAB e o seu Patrono



INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA

Rio de Janeiro

2015

FICHA TÉCNICA

Sou o hoje, o amanhã:
a Intendência da FAB e o seu Patrono

Edição
Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Editor Responsável
Maj Brig Ar R/1 José Roberto Scheer

Autora
2º Ten QOCon His Elaine Gonçalves da Costa

Colaborador
Historiador Mauro Vicente Sales

Projeto Gráfico
Seção de Tecnologia da Informação

Capa
3S TCO Tiago de Oliveira e Souza

Impressão
Contactus Soluções Gráficas

Os direitos autorais desta edição pertencem ao
Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Rio de Janeiro
2015

Apresentação

Ao abordar uma trajetória de vida, o maior desafio para o historiador está em equilibrar as especificidades do indivíduo com o meio em que o mesmo participa.

Pensando nessa trajetória de vida como uma construção, destacamos, neste opúsculo, o caminho percorrido por uma das grandes personalidades da Força Aérea Brasileira, o Ten Brig Int José Epaminondas de Aquino Granja, principalmente no que diz respeito as suas contribuições para o Serviço de Intendência da Aeronáutica, que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial.

Fazer com gosto, dedicar-se inteiramente, viver com intensidade o seu dom são atos de doação da própria existência ao trabalho. É fundir a sua personalidade ao íntimo ideal.

Dessa consideração, ressalta a brilhante carreira do Brigadeiro Granja, como exemplo de iniciativa, comprometimento, organização e liderança, que fizeram com que esse personagem, merecidamente, recebesse o título de Patrono da Intendência da Aeronáutica, no contexto histórico que o forjou.

Como poderá ser constatado, a vida do homenageado sempre esteve atrelada à Intendência, fosse no Exército ou na Força Aérea Brasileira, tendo, sempre e incessantemente, trabalhado em prol do desenvolvimento e das melhorias das unidades em que serviu.

Concomitantemente, intenta-se, neste opúsculo, trazer ao leitor a memória dos primórdios da Intendência da Aeronáutica, bem como as lições aprendidas na Segunda Guerra Mundial e de todo progresso advindo do intercâmbio com os aliados, que lançou raízes para o crescimento do Serviço de Intendência que conhecemos hoje.

Que a força da Intendência continue a pulsar no seio da Força Aérea, cada vez mais operacional, provendo a excelência do apoio indispensável - alma e essência da sua missão.

E que "Do ACANTO, a florente pureza" continue a germinar conquistas e realizações, como sempre fez e sempre fará.

Maj Brig Ar R/1 José Roberto Scheer
Subdiretor de Cultura do INCAER

Sou o hoje, o amanhã:
A Intendência da FAB e o seu Patrono

2º Ten QOCon His Elaine Gonçalves da Costa

Primeiros passos de um militar[1]

"Não estamos arrependidos de ter escolhido a carreira militar, porque, pelo nosso temperamento, não escolheríamos outra, pensando ficar, porventura, num 'dulce-far-niente".

Foi na então cidade de Leopoldina, atual Parnamirim, situada no extremo norte do Estado de Pernambuco, que nasceu José Epaminondas de Aquino Granja, aos 27 dias do mês de agosto de 1897, filho de José Epaminondas Ferraz Correa e sua esposa Etelvina Maria de Aquino Granja. O pai era fazendeiro na região e faleceu quando o filho tinha um ano, sendo assim criado pela mãe, agente dos Correios da Cidade, que veio a falecer quando José Epaminondas tinha doze anos.

Aos 17 anos, o jovem Granja ingressou na carreira militar, tornando-se praça do Exército Brasileiro, no dia 1º de junho de 1914. Na ocasião, ocorria, no sul do Brasil, o movimento conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916), conflito que eclodiu na região fronteiriça dos estados de Santa Catarina e do Paraná, envolvendo questões fundiárias e interesses empresariais ingleses, que prejudicaram, sobretudo, comunidades agrárias milenaristas. Tais comunidades se rebelaram contra as forças policiais dos respectivos estados, forçando o Governo Federal a intervir com o envio de tropas. O conflito deixou cerca de 10 mil mortos.

José Epaminondas alistou-se no Recife e, no dia 13 de junho de 1914, foi enviado para o Rio de Janeiro. Com o envolvimento do Exército na Guerra do Contestado, foi lotado no 43º Batalhão de Infantaria, na cidade de Ipanema – SP, seguindo, em novembro do mesmo ano, com mais 240 homens, para a Região Sul, onde se engajaria no conflito, reforçando a Coluna Leste sob o comando do Coronel Júlio Cesar.

O que se relata a seguir tem por base as memórias escritas pelo Brigadeiro Granja. No documento, ele contou detalhes dos primeiros anos da vida militar, como o episódio em que um dia, após

[1] Este opúsculo é um desdobramento da pesquisa desenvolvida pelo então Chefe da Seção de Estudos e Pesquisa Historiográfica (SEPH), Mauro Vicente Sales, e que engendrou um pequeno artigo na revista *Ideias em Destaque,* publicada no primeiro semestre de 2013.

seu primeiro combate, o Soldado Granja foi promovido a Anspeçada[2], o que lhe rendeu o direito de prestar concurso para Sargento.

O concurso para Sargento foi realizado no começo de 1915, ainda no teatro de operações. Os rigores do conflito e as contingências do *front* impuseram aos candidatos uma ambiência austera. Como não havia instalações adequadas, as instruções do curso eram ministradas com os candidatos sentados no chão e utilizando caixotes de madeira como mesa. Foi promovido a Sargento durante a marcha para a então cidade de Colônia Vieira, atual Major Vieira, em Santa Catarina.

No mesmo documento, fica claro ao leitor que foi durante a Campanha do Contestado que o Sargento Granja percebeu o ônus e o bônus da vida militar. No período em questão, ele viu três de seus companheiros, os quais o acompanhavam desde o alistamento em Recife, tombarem em meio à batalha:

> *"No 'Contestado' ficaram enterrados (nos próprios campos de combate, sem uma cruz sequer sobre as suas covas) dois dos quatro companheiros. O terceiro deles é general farmacêutico reformado. O Batalhão voltou a São Paulo em maio. Depois do último combate no Reduto de Santa Maria contra os fanáticos, os quais foram definitivamente dizimados".*

Rememorou, ainda, as lições fatídicas que o conflito deixou na história da aviação brasileira, ao relatar o primeiro acidente fatal da Aviação Militar no Brasil:

> *"O 'Contestado' foi 'proscênio' do primeiro acidente fatal na Aviação Militar no Brasil (do nosso conhecimento). O tenente Aviador Ricardo Kirk, que obteve seu 'brevet' na Europa, faleceu quando o avião, pilotado por ele, decolava para reconhecimento, batendo em um pinheiro. Houve, por esse fato, consternação entre as forças em operações".*

Oficiais do Exército Brasileiro.
Entre eles, Capitão Ricardo Kirk em Porto União, região do Contestado
(acervo pessoal do Historiador Fernando Chagas)

O 43º Batalhão voltou do combate com menos da metade do efetivo, sendo assim extinto, e os militares designados para outras unidades. Diante do remanejamento, em dezembro de 1915, o Sar-

[2] Graduação de praça, imediatamente superior a soldado e inferior a cabo. Não existe mais no Exército Brasileiro.

gento Granja foi transferido para a cidade do Rio de Janeiro.

No tempo em que vivia na cidade, ingressou na Escola Militar de Realengo (EMR), local de formação dos oficiais do Exército Brasileiro. Entre as armas, ele optou pela recém-regulamentada Intendência, dedicando-se ao Curso de Formação de Oficiais de Intendência do Exército, formando-se Aspirante em 18 de dezembro de 1923.

Como surgiu a Intendência

A denominação Intendência, bem como o cargo denominado Intendente, surge na burocracia estatal francesa no início do século XVII. A atribuição do cargo era fiscalizar a administração e os assuntos reais nas províncias e no exército. No século seguinte, o Estado Espanhol, influenciado pela França, adotou a Intendência, em suas Reformas Bourbônicas, como instância burocrática de fiscalização dos novos reinos e de seu exército. Todavia, o que se entende modernamente por Intendência já fazia parte do aparato estatal distribuído em outros cargos e mesmo instituições.

A atividade de Intendência Militar é oriunda da evolução material, dos costumes e das leis de guerra. Suas origens remontam à logística das atividades humanas e das preparações e ações em grandes batalhas, passando pela antiguidade clássica e pelo medievo.

O advento da pólvora, na China do século IX, e sua posterior disseminação com as conquistas mongóis do século XIII, trouxe importantes transformações no abastecimento das tropas em combate, uma vez que o preparo das instalações e armamentos exigia cuidados específicos. Estes deveriam, impreterivelmente, ser disponibilizados para o pronto emprego. A partir daí, distinguiu-se cada vez mais o papel desempenhado por combatentes e por não-combatentes nos esforços de guerra em geral.

A Intendência no Brasil

O processo de colonização do Brasil implicou planejamento e estratégias de defesa para manter o controle permanente do território recém-conquistado. Para a manutenção da tropa, por menor que seja, faz-se necessário pensar em fornecimento de armamentos, transportes, alimentação, fardamento, dentre outros encargos próprios do trabalho realizado pela Intendência.

Desta forma, é comum associar o surgimento das atividades de Intendência no Brasil (não, porém, com essa denominação) ao início da colonização, mais precisamente quando da chegada do Primeiro Governador-Geral Tomé de Souza, no ano de 1549, na Capitania da Baía de Todos os Santos.

Com a missão de salvaguardar o território conquistado dos ataques praticados pelos indígenas, assim como das incursões empreendidas pelos corsários, principalmente, franceses e espanhóis, a expedição portuguesa que trouxe Tomé

de Sousa ao Brasil, trouxe, também, os soldados que foram prontamente equipados e posicionados, estrategicamente, nas fortalezas construídas para proteger o litoral da colônia.

A defesa do território foi testada diversas vezes durante o período colonial e acumulou uma série de derrotas, sendo uma delas durante a terceira invasão francesa ao Rio de Janeiro, ocorrida em 12 de setembro de 1711, quando a esquadra comandada pelo corsário francês René Duguay-Trouin, com o apoio do Rei Luis XIV, sem encontrar resistência, adentrou a Baía de Guanabara.

A falta de planejamento foi crucial na derrota da tropa portuguesa, que se manteve em prontidão durante algum tempo, mas, sem indícios de invasões inimigas, "os ânimos se arrefeceram e o governador ordenou a retirada dos defensores de seu posto" (BICALHO, 2013:44).

Considerando que pudesse existir naquela época algo que se assemelhasse às demandas do serviço de Intendência, nada foi levado em conta, uma vez que não adianta ter os mais modernos equipamentos de defesa "se uma perfeita logística não assegurar o provimento e a manutenção de pessoal e de material necessário à conduta da guerra" (BRANCO, 1949:4).

Da experiência da invasão francesa, que deixou a população em estado de consternação, devido à facilidade com que a esquadra francesa transpôs as fortalezas, estrategicamente posicionadas na entrada da baía, ficou como legado para a administração portuguesa a necessidade de serem construídas "as instalações para guarda e depósito de material de guerra, assim como de oficinas para a conservação e reparação de armamentos e munição" (A Intendência na Força Aérea Brasileira, ?:12).

Em 1762, buscou-se construir, em local seguro, próximo ao Forte de São Tiago – estratégico para a defesa da cidade – um depósito, denominado Casa do Trem, destinado ao armazenamento dos armamentos, que, anteriormente, ficavam a cargo dos moradores da colônia ou então eram enterrados dentro das próprias fortificações. Tal iniciativa demonstrou uma preocupação com a logística de guerra.

Entrada da Casa do Trem
(Fonte: O Exército na História do Brasil)

De fato, pode-se dizer que houve uma melhoria no planejamento das atividades militares terrestres no Brasil. Mas, se é verdade que a raiz da Intendência está

no Brasil Colônia, é fato, também, que esta precisaria, ainda, encontrar solo fértil para florescer, o que se consolidou no Brasil Império, tendo início com a estruturação da Intendência do modo como a conhecemos hoje.

Com a vinda da Corte para o Brasil, houve um significativo progresso na administração militar. D. João VI, por meio do Alvará de 1º de março de 1811, criou a Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundição, sendo denominado de "Arsenal Real do Exército", com plena autonomia para desenvolver as atividades fabris.

> *"o monarca criou os arsenais de guerra que tinham atribuições semelhantes às de um estabelecimento de Intendência. Esses arsenais se impunham, porque o provimento de uniformes aos corpos, durante o Brasil-Reinado, era coisa complexa, pois cada unidade tinha um tipo peculiar de fardamento" (BRAZ, 2004:56).*

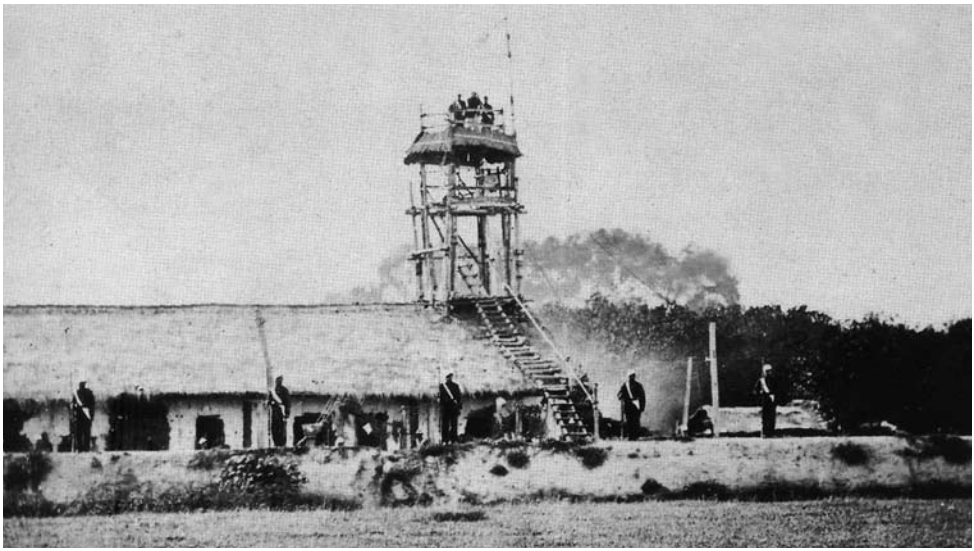
Como parte significativa do processo de melhorias, foi criado na regência de D. Pedro I, por meio de Decreto de 28 de maio de 1821, o Quartel-Mestre General, tendo a responsabilidade de prover o "rancho da tropa, o fardamento, equipamento, material de acampamento, arreamento e utensílios usados no Exército" (A Intendência na Força Aérea Brasileira,?:15). Como se vê, o referenciado Órgão muito contribuiu para a institucionalização da Intendência Brasileira, tendo sido crucial para a logística das tropas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

O Quartel-Mestre General manteve-se em funcionamento até 1896, quando foi substituído pela Intendência Geral de Guerra. O novo órgão foi criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro do mesmo ano, sendo de sua incumbência:

> *"assegurar aos corpos de tropas, ás fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento do material necessario á subsistencia e á accommodação do pessoal do Exercito, todo o fardamento, equipamento, arreiamento, correame, armamento, munição e demais material de guerra e de transporte, bem assim a necessaria cavalhada".*

A Intendência Geral de Guerra seguiu com as atividades até 1908, quando, de acordo com o Relatório Anual do Ministério da Guerra, foi desativada por não ter atingido o fim ao qual se destinou, mostrando-se ineficiente nas questões de subsistências das unidades, principalmente no transporte. Para suprir a ausência, foi criado o Departamento de Administração, visando, sobretudo, a organização de depósitos de material para atender as necessidades cotidianas da tropa, assim como para atender "as exigências de uma rápida e imprevista mobilização."

O mencionado Departamento desdobrou-se, no ano de 1915, na Diretoria de Administração da Guerra e na Intendência da Guerra. É importante perceber que tais mudanças foram resultantes do processo de reorganização empreendido pelo Marechal Hermes da Fonseca, quando Ministro da Guerra de Afonso Pena (1906-1909).



Acampamento brasileiro em território paraguaio
(Fonte: O Exército na História do Brasil)

Além do reaparelhamento das tropas e da modernização das instalações, as reformas também visaram melhorias dos recursos humanos captados para o Exército, por meio de uma nova forma de recrutamento, instituída pela Lei nº 1.860, de 04 de janeiro de 1908, que sancionou, entre outras coisas, um Quadro de Intendentes. E, como mencionado anteriormente, o Quadro foi escolhido pelo Brigadeiro Granja, ao longo de toda sua carreira militar, como arma no Exército.

A Influência Germânica e Francesa na Intendência do Exército

O período em que esteve na Escola Militar de Realengo foi marcado, também, pela busca da profissionalização das Forças Armadas e pela renovação dos quadros, assim como pela reestruturação do Exército, cuja representação deveria ser de uma instituição que refletia o desenvolvimento e o progresso.

O apelo pela necessidade de mudança aumentou após a Campanha do Contestado. Embora o Exército Brasileiro estivesse ocupado com o Contestado, quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, os oficiais brasileiros apreciavam dois exércitos como modelo, o alemão e o francês. Entre os reformistas, havia um grupo composto por oficiais que serviram na Alemanha e defendiam o modelo alemão. Os militares do grupo ficaram conhecidos como Jovens Turcos e também foram os fundadores do periódico *Defesa Nacional*. Entre as mudanças almejadas pelo grupo havia o desejo de que "o Exército se modernizasse segundo o

modelo alemão, com o corpo de oficiais permanente treinando recrutas traídos pelo alistamento compulsório e depois dispensados para integrar uma força reservista sempre crescente" (MCCANN, 2009:223).

Ressaltamos, ainda, que a posição do grupo de oficiais foi, imediatamente e a longo prazo, a de maior impacto sobre o Exército.

Por outro lado, havia o grupo de militares defensores do modelo francês. Nos anos de 1918 e 1919, duas comissões foram enviadas, uma para a França e outra para os Estados Unidos, a fim de observar a configuração dos exércitos.

Havia, entre os oficiais brasileiros, os que defendessem a contratação de uma missão americana, porém, naquele momento, foi constatado pelo Exército Brasileiro que o modelo francês atenderia melhor os interesses da Instituição. Destaca-se que, mesmo com a preferência pela França, o Exército Brasileiro mantinha contato com os Estados Unidos, havendo uma maior aproximação nas relações de ambos a partir da década de 30.

A comissão enviada à França era composta por 28 oficiais, chefiados pelo General Napoleão Felipe Aché. A missão do grupo era conhecer o exército francês, para que pudesse trabalhar com a missão francesa que o Brasil se preparava para contratar.

A Missão Militar Francesa (MMF) foi contratada e atuou no Exército entre 1920 e 1940, auxiliando a reforma do ensino nas escolas militares. Ainda sob a influência francesa, foi regulamentado o Serviço de Intendência de Guerra, sendo disponibilizados instrutores para as escolas e cursos do Exército, inclusive para o Curso de Oficiais Intendentes (LUCHETI, 2006:87).

A MMF também foi fundamental no que tange ao desenvolvimento da logística militar terrestre no Brasil. Os militares franceses adquiriram experiência na Primeira Guerra Mundial e compreenderam a importância de suprir e abastecer corretamente as tropas. No intuito de aproveitar essa experiência para o país, o então Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, determinou a criação de depósitos, hospitais militares e parques de manutenção nas principais guarnições militares.

Já formado pela Escola Militar de Realengo, o Aspirante Granja foi designado para servir na Fortaleza de Santa Cruz, local onde foi promovido ao posto de 2º Tenente, em 16 de abril de 1924 e de 1º Tenente, em 20 de maio de 1925. No mesmo ano, ele se casou com Lydia Pérez Granja, e o casal teve dois filhos, José Epaminondas Granja e Ary Granja, que, mesmo contra a vontade do pai, seguiram a carreira militar. O primeiro alcançou o posto de Tenente-Coronel Intendente, e o outro, de Tenente-Coronel Aviador.

Enquanto ele servia na Fortaleza, ocorreu um motim que ficou conhecido como "levante do encouraçado São Paulo". No episódio, aconteceu do Oficial de Transição estar ausente e do Aspirante se oferecer para substituí-lo. Observa-se, ainda, que o local onde ele assumiu o posto era a área mais vulnerável a ser atingida por canhões e, também, onde se situava o

aparelho telefônico ligado diretamente ao Gabinete do Ministro, na época, o General Setembrino de Carvalho.

Missão cumprida e a rebelião cessada, há de se registrar que a excepcional conduta do Aspirante Granja, durante o episódio, rendeu-lhe elogios do próprio Comandante da Fortaleza, na época, o Cel Cardim.

Já servindo na Fortaleza de São José, o Tenente Granja foi promovido ao posto de Capitão, em 11 de novembro de 1932, e transferido para Juiz de Fora, designado a servir no 12º Regimento de Infantaria, local em que assumiu a função de Tesoureiro.

Tendo que lidar com valores monetários altíssimos, o Capitão Granja percebeu o grande perigo que era transportar o dinheiro do pagamento do pessoal entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Sendo assim, solicitou autorização, ao Comandante da 4ª Região, para ir ao gabinete do Ministro da Guerra sugerir que a remessa fosse feita por intermédio do Banco do Brasil. O Gabinete concordou com a ideia e noticiou ao Banco, que ofereceu o movimento de crédito para o Exército.

O novo procedimento foi tão bem sucedido que se estendeu às outras unidades. O Capitão sugeriu, ainda, que as mesmas remetessem as folhas de saque para o QG, de modo que fossem entregues apenas a um Oficial Intendente. O êxito do método foi tamanho que, ao ser criado o Regulamento de Fundos do Exército, foi incluída a forma de pagamento já versada na 4ª Região.

Entre os anos de 1934 e 1936, o Capitão Granja fez o Curso de Intendente

Alguns membros da Missão Militar Francesa de Aviação
(Fonte: Campo dos Afonsos - 100 anos de História da Aviação Brasileira)

de Guerra, na Escola de Intendência do Exército, destinado a capitães e sob orientação da Missão Militar Francesa. A turma era formada por 14 capitães, incluindo três combatentes escolhidos por merecimento ou por lei. Ao concluírem o curso, os formandos comporiam o Quadro de Intendentes de Guerra, tendo a possibilidade de serem promovidos ao posto de Major e podendo atingir o generalato.

O Cap Granja foi promovido a Major em 1936, sendo designado a servir no Estabelecimento de Material de Intendência de São Paulo, cumprindo, assim, o interstício previsto na lei de promoções.

Enquanto lá esteve, não poupou esforços para suprir as necessidades das unidades sediadas em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Paralelamente, foram providenciadas as instalações do Estabelecimento de Material de Intendência. Ressalta-se, ainda, o empenho concentrado para que fossem obtidos melhores preços nos artigos confeccionados e em grande parte da matéria prima adquirida entre os estabelecimentos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Percebe-se, então, que havia a necessidade de aperfeiçoar e modernizar os serviços e a redução de custos.

Em meio aos estudos para alcançar as metas, o Major Granja notou que se fazia necessária a padronização da compra de material dos uniformes do Exército, elaborando uma norma de aquisição. O êxito de tal medida fez com que o Ministério da Guerra aplicasse a norma nos demais estabelecimentos de Intendência das outras regiões militares (Barata Filho, ?:36).

A atuação do Major Granja lhe rendeu elogios do então Chefe do Serviço de Intendência Regional:

> *"O Major Granja que hoje deixou a chefia do Estabelecimento Militar de Intendência, por tê-la assumido, o Tenente Coronel Athanázio Loureiro Silva, revelou-se um oficial ativo e trabalhador. Apenas quarenta e cinco dias esteve êle à testa daquele estabelecimento, mas foi o suficiente para que esta Chefia sentisse a sua atuação eficiente. Desdobrando-se em atividade, atendeu as várias necessidades do Estabelecimento, e, o que é mais (SIC) conseguiu no curto lápso de tempo de sua chefia, auxiliado pela dedicação dos seus auxiliares, suprir quasi todo o fardamento a Quinta Região Militar. Mantendo contácto ininterrupto com esta chefia disciplinado e atenciôso, Fez jus aos meus louvores" (CENDOC).*

Em 1937, enquanto servia no Estabelecimento de Material de Intendência de São Paulo, o Major Granja foi surpreendido com um convite enviado pelo General José Coelho Neto, então Diretor de Aviação Militar, para ser Chefe do Serviço de Intendência.

A conduta militar e o amor ao trabalho lhe renderam inúmeros elogios ao longo da carreira. Como exemplo, ao deixar a chefia do Estabelecimento Militar de Intendência, em janeiro de 1937, o Coronel Athanázio Loureiro Silva ressaltou a postura, a disciplina, o preparo e o amor ao trabalho do Major Granja. Destacou, ainda, que ele sempre defendia os interesses públicos e os colocava acima de tudo.

Aproximação com a Aviação Militar

A Diretoria de Aviação Militar (DAv) estava organizada de forma tradicional frente às demais diretorias do Ministério da Guerra. Assim, era constituída pelo Gabinete, as Seções de Atinente a Pessoal, a de Material e a de Assuntos de Estado-Maior, além dos Serviços de Saúde, Engenharia, Material Bélico e Intendência, que abrangia Tesouraria e Almoxarifado. O Gabinete e as Seções eram chefiados por Coronéis ou Tenentes-Coronéis Intendentes ou Aviadores, enquanto que os Serviços eram chefiados por Majores, dentro de suas especialidades.

A DAv possuía três regimentos de Aviação, situados no Rio de Janeiro (Campo dos Afonsos), no Paraná e no Rio Grande do Sul. Havia também núcleos em Belo Horizonte, Fortaleza e Belém. A Diretoria ainda respondia pela Escola de Aviação, pelo Serviço Técnico de Aviação, pelo Parque de Aviação e pelo Depósito de Aviação, todos localizados no Campo dos Afonsos.

O Major Granja, enquanto Diretor da DAv, empenhou-se ao máximo para modernizar o pagamento de diárias de aviação. As cifras destinadas aos oficiais e praças provocavam deficiências orçamentárias e desequilibravam os orçamentos domésticos do efetivo. Problema enfrentado todos os anos pelo pessoal da Aviação.

Para sanar o problema, na primeira previsão orçamentária elaborada, o Major Granja solicitou, ao Chefe da 1ª Seção da Diretoria, uma lista numérica dos oficiais e praças, com direito às diferentes modalidades de diárias. Com a previsão em mãos, o total previsto para o valor de diárias passou a ser fixo e não mais um valor estimado.

Outro ponto crítico a ser organizado na Aviação era a aquisição de combustível e lubrificantes. O assunto era bastante delicado, uma vez que o fornecimento despertava interesse de muita gente. Além disso, o processo era descentralizado. A gasolina comum podia ser comprada por qualquer unidade do Exército, o que contribuía para encarecer os materiais.

O novo processo de compra elaborado pelo Major consistia em centralizar a aquisição de combustível e lubrificantes na DAv, que, posteriormente, distribuía os insumos para as unidades subordinadas. O procedimento levou o preço da gasolina a cair logo na primeira concorrência aberta para o consumo, em 1938.

Os preços dos insumos se tornaram inferiores aos adquiridos até mesmo pelo Serviço de Transporte de Intendência (STI), fazendo com que o citado órgão adquirisse gasolina por intermédio da DAv, conforme determinado pelo Ministro Dutra. E fez com que, nos anos seguintes, os fornecedores adequassem as suas propostas com as necessidades da aviação, evitando assim o desperdício.

O processo de compra de lubrificantes e a qualidade do combustível passaram a ser examinados minuciosamente, recebendo exame prévio do serviço técnico de aviação, para aumentar a qualidade dos produtos utilizados e também evitar a venda, de acordo com os interesses dos fornecedores.

O Major Granja, enquanto esteve na DAv, também foi instrutor na cadeira de Administração no recém-criado Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, ministrado na Escola de Aviação. Ele ainda participou do processo de doação do Campo de Marte, compondo a comissão designada a negociar com o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, e também negociou diretamente com a família Guinle, com vistas a obter a doação de terras em Cumbica (GRANJA,1970:4).

Transferência para a Aeronáutica

O artigo oitavo, do Decreto-lei nº 2.961, de 20 de Janeiro de 1941, que instituiu o Ministério da Aeronáutica (MAER), previu:

> *"Todo pessoal militar da arma de aeronáutica do Exército e do Corpo da Aviação Naval, inclusive as respectivas reservas, passa a constituir, a contar da publicação do presente decreto-lei, uma corporação única, subordinada ao Ministério da Aeronáutica, com a denominação de Forças Aéreas Nacionais.*
>
> *§ 1º O Ministro da Aeronáutica submeterá à aprovação do Presidente da República, no menor prazo possível, a classificação do pessoal, decorrente da fusão realizada, respeitados as patentes, postos, graduações e antiguidade respectivas.*
>
> *§ 2º A denominação dos novos postos da hierarquia militar e a sua correspondência com os do Exército e da Armada serão fixadas em lei especial, como os quadros que forem necessários" (BRASIL, 1941).*

Poderiam fazer parte do novo Ministério os militares pertencentes aos quadros de aviação, funcionários civis, "técnicos, especialistas e operários, mediante requerimento individual" (GRANJA,1970:5). No caso específico dos oficiais de Intendência, também provenientes da Marinha e do Exército, foram lotados entre o Serviço de Fazenda (SFAer) e a Diretoria de Material (DM).

O primeiro órgão cuidava da parte financeira do MAER e o segundo tinha a 4ª Divisão de Intendência (D.M.4), que, de acordo com o Decreto-lei que a regulamentou, cuidava de:

> *"a) manter o registro completo e metódico de todo o material aéreo em depósito e distribuído; b) organizar instruções para os pedidos, recebimento, armazenamento e distribuição do material aéreo; c) manter-se em contato com os diferentes órgãos da Aeronáutica, de modo a poder sempre informar sobre a quantidade, estado, consumo e necessidades de material aéreo nas unidades e serviços da Aeronáutica ; d) organizar os planos de dotação de material aéreo para os diferentes órgãos da Aeronáutica e de planos de aquisição de material aéreo, de acordo com as diretivas do Estado-Maior da Aeronáutica."*

O SFAer foi criado pelo Decreto-lei n° 3.625, de 17 de setembro de 1941, e a Diretoria de Material e sua subsequente D.M. 4 foram reguladas pelo Decreto-lei nº 8.465, de 26 de dezembro de 1941.

O Major Granja, seguindo o critério de antiguidade, estava entre os oficiais intendentes transferidos para a Força Aérea Brasileira (FAB), sendo designado a assumir o cargo de Assistente do Serviço de Fazenda da Aeronáutica.

Durante o processo de promoção de Major a Tenente-Coronel, Granja foi designado para, em comissão, redigir o anteprojeto do Código de Vencimentos da Aeronáutica. A comissão, presidida pelo então Tenente-Coronel Fábio Sá Earp, contou também com a eficiência do Capitão Alvim Câmara, que era Adjunto na Diretoria de Aviação Civil. O mencionado código foi bem sucedido e vigorou até a publicação do Código Interministerial, do qual Granja fez parte, representando o Ministério da Aeronáutica, bem como rendeu-lhe elogios do seu próprio Ministro:

> *"O Major José Epaminondas de Aquino Granja, pelo modo pelo qual se desempenhou da incumbência que lhe foi confiada de, constituindo a Comissão de Orçamento, apresentar à Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda os dados necessários à elaboração do orçamento, deste Ministério em formação, a tarefa delicada e trabalhosa foi executada com inteligência e proficiência digna de louvor" (CENDOC).*

Em 22 de janeiro de 1942, dois dias após o elogio acima, o Ministro da Aeronáutica teceu outro ao Major:

> *"Pelo bem elaborado trabalho que realizou na feitura do ante-projeto do código de vencimentos e vantagens dos Militares da Aeronáutica, revelando, mais uma vez, a inteligência e dedicação com que se consagra as funções que lhe são afetas" (CENDOC).*

Ele estava em Recife no fim de 1940, quando foi o primeiro a entrar na lista, por merecimento, para a promoção a Tenente-Coronel, estando entre os primeiros Majores Intendentes de Guerra. Em março de 1942, foi promovido a Tenente-Coronel.

Com a criação do Serviço de Intendência, os assuntos relacionados à Fazenda ficaram subordinados à Diretoria de Intendência, que passou a se chamar Subdiretoria de Finanças, setor responsável pelas atividades financeiras e de pagamento de pessoal no âmbito do Ministério da Aeronáutica.

A função a ser desempenhada pelo Oficial Intendente na Força Aérea Brasileira (FAB) se inicia com atividades ligadas à gerência, ao controle, à fiscalização e à coordenação dos serviços de contabilidade e fazenda, orçamento, distribuição de verbas e crédito, tomada de contas e pagamento geral, sem olvidar das atividades logísticas relacionadas a víveres, fardamento, equipamento, transporte e abrigo do efetivo da Força.

O Serviço de Fazenda da Aeronáutica funcionou durante todo o período da Segunda Grande Guerra. Cerca de 1/3 de militares da Marinha e 2/3 do Exército optaram, voluntariamente, pela transferência para o Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica.

Com fulcro no Decreto-lei nº 3.876, de 3 de dezembro de 1941, o Quadro teve,

como primeiro efetivo, dois Coronéis, quatro Tenentes-Coronéis, oito Majores, vinte Capitães, vinte Primeiros-Tenentes e um número variável de Segundos-Tenentes.

Quanto ao Quadro de Oficiais Intendentes, a retromencionada legislação previa que, enquanto não fosse criada a Escola de Intendência da Aeronáutica, o curso de formação seria realizado na escola equivalente do Exército.

A primeira turma de alunos intendentes da Aeronáutica foi matriculada em 1943. No ano de 1944, após um curso intensivo e sem interrupções, para atender às exigências do estado de guerra em que vivia o País, formaram-se 54 Aspirantes Intendentes da Aeronáutica. Já no ano seguinte, a formação dos oficiais intendentes deixou de ser ministrada no Exército e passou a ser realizada na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, com a denominação de Curso de Formação de Oficiais Intendentes, conforme estabelecia a Portaria Ministerial nº 355, de 20 de outubro de 1944.

O curso supracitado tinha duração de dois anos, podendo candidatar-se Cadetes do Ar julgados inaptos para a pilotagem militar e também outros militares; civis que tivessem certificados de conclusão de curso ginasial ou equivalente; e alunos do Curso Prévio, que era mantido pela Escola como preparatório ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores.

As atividades de Intendência começaram a ser desenvolvidas com o cabedal teórico e prático adquirido não apenas na formação e na experiência nas demais forças armadas nacionais, mas, também, no intercâmbio com os militares estadunidenses. Então, os intendentes em seu labor foram peças importantes para a logística do novo Ministério e a estruturação da Força Aérea no País. Com o auxílio deles, foram executadas a preparação dos pilotos em solo brasileiro e estadunidense, a compra de equipamentos e aeronaves junto aos Estados Unidos e a satisfação das necessidades técnicas da Força, da assistência material e financeira do efetivo, preparando o País e sua Força Aérea para a iminente entrada na Segunda Guerra.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial

Quando, em 1914, estourou a Primeira Guerra Mundial, Edward Grey, Secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, declarou: "As luzes se apagam em toda a Europa. Não voltaremos a vê-las acenderem-se em nosso tempo de vida". De fato, começava um período sombrio, de destruição e barbárie, que colocou em cheque a democracia liberal, a economia capitalista e as concepções iluministas de racionalismo e progresso, ou seja: os próprios fundamentos da civilização ocidental.

O acordo celebrado em Versalhes, que pôs fim a Primeira Guerra, impôs à Alemanha uma paz humilhante. As condições sócio-econômicas agravaram-se após a crise de 1929. O povo alemão, ferido em seu orgulho e castigado pelo desemprego e pela carestia, viu na ascensão do Nacional-Socialismo o caminho para

a restauração da grandeza da Alemanha. Processos análogos explicam o crescimento do fascismo na Itália e em outros países europeus, além de um nacionalismo extremado no Japão.

Segundo o historiador Hobsbawn, é muito simples explicar a eclosão da Segunda Guerra Mundial, uma vez que:

> *[...] nenhum historiador sério jamais duvidou de que a Alemanha, Japão e (mais hesitante) a Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três, capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler.*

No início da guerra, o Brasil encontrava-se debilitado econômica e militarmente, em face da grave crise provocada pela Grande Depressão de 1929. A situação militar do país era precária para o volume industrial que a guerra imprimia na Europa, sendo prudente manter uma posição de neutralidade.

O Brasil era vital para as estratégias militares norte-americanas. Preocupados com a defesa do Canal do Panamá e necessitando de áreas estratégicas de abastecimento e ataque, os EUA continuaram a buscar a permissão do governo brasileiro para utilizar e/ou criar bases militares aeronavais no nordeste, região de grande importância estratégica para o acesso ao norte da África, de onde os americanos atingiriam a Europa. Os norte-americanos também queriam garantir do Brasil o fornecimento de matérias primas necessárias a seu esforço de guerra, como fardamentos e alimentação.

O Governo Vargas foi então pressionado para que fossem colocadas à disposição portos, aeroportos, estradas de ferro e de rodagem. Em troca, o governo brasileiro procurava obter apoio financeiro para reequipar as Forças Armadas e construir uma grande usina siderúrgica, extremamente necessária para as ambições brasileiras de criação da indústria de base.

A progressiva guinada brasileira em direção aos EUA aliviou a pressão dos norte-americanos, que temiam uma ocupação do nordeste brasileiro por forças do Eixo em apoio às movimentações bélicas no norte da África.

Tal aproximação não poderia passar desapercebida pela Alemanha. O rompimento diplomático com o Eixo ocorreu em 28 de janeiro de 1942, na 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Procurando cortar a linha de abastecimento dos aliados no Atlântico, os alemães passaram a atacar navios mercantes brasileiros. Em questão de meses, 19 navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos do Eixo, indignando a população brasileira e levando o governo a declarar guerra contra a Alemanha e a Itália, em 31 de agosto de 1942.

Visita ao Exército Americano

No ano de 1943, em meio à Segunda Guerra, o Ten Cel Granja foi convocado pelo Ministro Salgado Filho, que lhe

apresentou um ofício enviado pela Embaixada dos EUA, o qual disponibilizava à FAB três vagas para um curso em escolas americanas. Em suas memórias, o Tenente-Coronel afirma que, ao ler o currículo anexado no ofício emitido pela Embaixada, comunicou ao Ministro que o curso oferecido era de aperfeiçoamento em nível intermediário e que tal curso seria mais bem aproveitado por um Capitão ou Tenente. Eis o relato do Tel Cel Granja acerca da resposta taxativa do Ministro ao seu comentário:

> *"...o Senhor não quer ir à América do Norte? Interrogou-nos o Dr. Salgado. Não para fazer um curso inferior ao que possuímos, respondemos-lhe. Solicitou-nos, então, para indicarmos três oficiais que, pelo menos, conhecessem um pouco do idioma inglês."*

Desta forma, o Tenente Coronel indicou dois militares procedentes do Exército e um da Marinha.

Dias após este episódio, o Ten Cel Granja recebeu, em seu gabinete, a visita do Adido Militar dos EUA, conhecido dele desde a época em que servia na Aviação Militar. O mesmo informou que ele receberia um convite especial do Governo Americano para visitar vários órgãos de Intendência do Exército, tornando-se o primeiro oficial da FAB a receber o convite dos EUA para visitar aquele país.

Com a devida autorização do Exército Americano, a visita tinha um programa pré-estabelecido pela Instituição e um caráter de estudo. O aprendizado serviria para o aprimoramento da Intendência.

Ao regressar ao Brasil, em 1944, o Ten Cel Granja enviou ao Estado-Maior um relatório, contando como foi a experiência e o aprendizado adquirido. No relatório, ele sugeriu que outros oficiais tivessem a oportunidade que teve durante o período de guerra. Durante o tempo em que passou nos EUA, foi condecorado com a medalha "Cruz de Aviação", como também com a comenda "Campanha do Atlântico Sul".

Após o regresso, ele foi designado para assumir, interinamente, a Chefia do Serviço de Fazenda e retomar as atividades inerentes ao cargo de Presidente da Comissão de Orçamento e o de Assistente do aludido Serviço.

Em março do ano seguinte, foi promovido a Coronel, sendo escolhido, por unanimidade, pela Comissão de Promoções, que justificou a promoção pelo critério de antiguidade.

A Intendência na Segunda Guerra Mundial

À medida que a FAB ia crescendo e, ainda, devido à imposição de combate nos céus da Itália, a própria estrutura começava a reclamar um serviço administrativo para organizar e executar o controle de víveres, de fardamento, de pagamento de pessoal e do material aeronáutico. A administração financeira e de material se fez necessária ao pessoal, mas, sobretudo, ao avião.

Uma dessas exigências foi justamente o Serviço de Suprimento Técnico de Ae-

ronaves, que era executado, embrionariamente, sem metodologia, pelo "homem de manutenção". O esforço, na época, não trazia grandes consequências, uma vez que o material aeronáutico não era sofisticado e sua quantidade reduzida, devido à pequena frota de aviões.

Barraca da Esquadrilha Verde
(Fonte: Heróis dos Céus)

O Primeiro Grupo de Aviação de Caça (*1ºGAvCa - 1st. Brazilian Fl.SQD.*), atuante no teatro de operações aliado, na Itália, inserido como esquadrão aéreo do 350th Fighter Group norte-americano e "que correspondia a um Regimento na organização brasileira", fora subdividido em quatro esquadrilhas: vermelha, verde, azul e amarela, sendo esta última extinta no decorrer da campanha. Organizou-se e lutou conforme as doutrinas e os padrões norte-americanos. De acordo com o livro "Avestruzes no Céu da Itália", publicado originalmente em 1945, os pilotos brasileiros contaram com o apoio imprescindível dos

"...mecânicos de avião, armamento e rádio, supridos pela eficiência dos almoxarifados, dependendo constantemente dos reabastecimentos e transportes, conseguiram, com grande êxito aprontar sempre os aparelhos que o Departamento de Operações necessitava para satisfazer as tarefas militares designadas pela Seção de Informações. Por traz desta gente, garantindo o socego (sic) disciplinar, sanitário e econômico do conjunto, a Casa de Ordens, o Centro Médico e a Tesouraria trabalhavam à altura, ao mesmo tempo em que o Rancho satisfazia os apetites de todos."

É interessante pormenorizar alguns exemplos da habilitação auxiliar de Taifeiro na época da Segunda Guerra. No Corpo do Pessoal Subalterno, regulamentado pelo Decreto nº 8.401, de 16 de dezembro de 1941, seriam considerados de Serviços os Quadros de Enfermeiros, Escreventes-Almoxarifes e Taifeiros.

Na época da guerra (e mesmo depois), não havia aparelhagem sofisticada no rancho e todo o trabalho de alimentação das tropas era confeccionado de maneira artesanal. Toneladas de legumes eram descascadas à mão e as aves chegavam vivas, eram abatidas, depenadas e desossadas no local, num processo lento e trabalhoso. Uma equipe de Taifeiros era designada como lenhadores - iam para a mata retirar madeira, que usavam na caldeira e fogões. Foi dentro desse clima que, na Segunda Guerra, o Taifeiro teve um papel importante de homem polivalente, preparando a alimentação das tropas, inclusive a dieta dos doentes, e não deixando de cumprir com as responsabilidades militares de rotina, demonstrando sua capacidade profissional.

Tropas brasileiras se alimentando no acampamento (Foto: Heróis dos Céus)

Alimentação da tropa (Foto: Heróis dos Céus)

O Cel Granja considerava que a principal função da Intendência seria atender às necessidades do homem e acreditava que, entre os três ramos de especialidades que constituem a Intendência, o mais importante é o da Subsistência, uma vez que o homem precisa se alimentar de três a quatro vezes por dia, na guerra ou na paz. De acordo com Granja, esse tipo de serviço:

"...não pode ele ser subjetivo, contemplativo e apático, em termos reais, a PALAVRA OMISSÃO não pode constar do seu VOCABULÁRIO FUNCIONAL. Tudo figura como suprimentos a uma força ou tropa, mesmo na paz, tem que produzir reflexo positivo" (GRANJA, 1970:13).

A rotina de trabalho na guerra era febril:

"No Almoxarifado, o pessoal se mantinha sobremodo ativo, ora providenciando e distribuindo todo o equipamento necessário à iminente partida para a guerra, ora encaixotando e preparando para o embarque a maioria dos pertences do Grupo, sem nunca alterar o serviço costumeiro de controle do material, o qual permitia que a vida de todas as Seções pulsasse normalmente" (LIMA, 2008).

Depósito de suprimento (Foto: Heróis dos Céus)

É importante lembrar que o 1º GAvCa contou com o apoio logístico da Força Aérea do Exército dos EUA. O Chefe do Serviço de Fazenda, o Cel Granja, assim se referiu ao trabalho de apoio logístico:

"No teatro de guerra do último conflito mundial, tivemos nos EUA o exemplo do maior consumidor suprindo os menores, inclusive o Brasil, cujas tropas foram atendidas em quase todas as suas necessidades por eles, sob a forma de indenização e com base no contrato celebrado entre os aliados e aquela nação, conhecido pelo binômio 'Land & Lease'. (programa em que os Estados Unidos da América forneciam, às nações aliadas, armas e outros suprimentos, entre 1941 e 1945, fortalecendo-as, com o intuito de garantir a própria defesa norte-americana).

Um serviço importantíssimo para a manutenção do moral elevado da tropa foi o de Finanças, por realizar as operações relativas ao pagamento dos vencimentos do pessoal em campanha na Itália. O Serviço de Finanças, realizado pelos oficiais intendentes lotados na Tesouraria e seus sargentos escreventes, teve apoio fundamental, no que concerne à transferência de recursos do Brasil e na conversão dos valores para a Lira, moeda italiana, dos funcionários do Banco do Brasil e respectiva Agência (AGEFEB).

Interessante notar que os funcionários civis, escolhidos entre os melhores e mais capacitados do Banco, receberam "patentes" assemelhadas às de Oficiais, para melhor circulação em Roma, onde estava sediada a Agência Central, mas também em postos avançados próximos ao *front*. A AGEFEB realizava pagamentos para a FEB, para o Serviço de Fazenda da FAB, bem como para autoridades e diplomatas brasileiros, funcionando sob as diretivas do Serviço de Finanças Aliado *(Allied Financial Agency)* (CARVALHO, 1950:15).

A Intendência brasileira teve grandes dificuldades no início, porque não tinha uma via de comunicação brasileira de fato. Tudo era diferente para a Aeronáutica e para o Exército. Ambos recebiam todo o material por meio do porto de Nápoles e, de lá, era feita uma triagem no centro de distribuição, o que ia para a FEB e o que ia para a *United States Air*

Pagamento sendo realizado pelo Serviço de Fazenda (Foto: Heróis dos Céus)

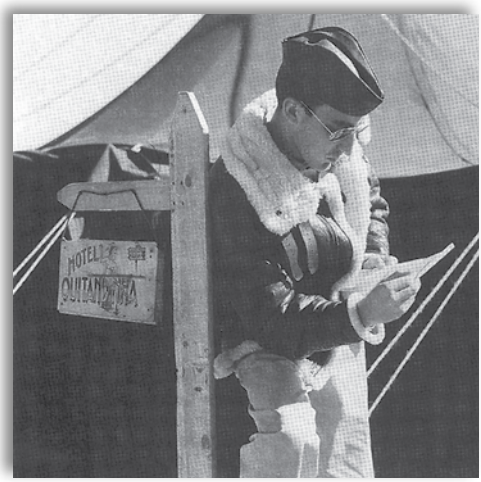
Force (*USAAF*). Os motoristas passavam por estradas complicadas, em meio aos campos de batalha.

A manutenção do moral elevado do 1º GAvCa dependia de serviços que aproximassem o expedicionário da FAB de sua casa, de seus entes queridos. A dificuldade das comunicações era muito grande, tudo ia por intermédio dos americanos e intermediários. Os intendentes, posteriormente, fizeram correções no fluxo das mercadorias, fazendo chegar aos nossos combatentes o que era devido. Cartas e telegramas eram preciosidades, assim como os telefonemas internacionais, que então se tornaram possíveis.

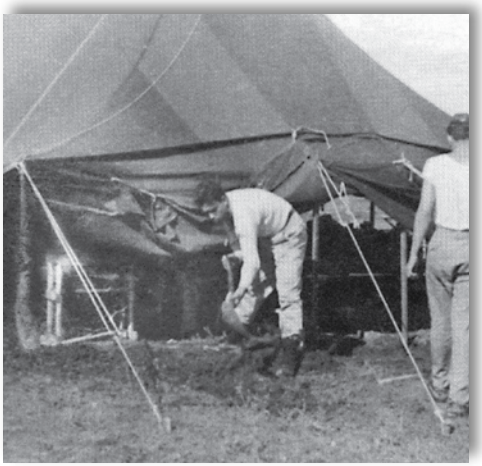
Algumas vozes seriam, pela última vez, ouvidas. Neste ponto, a AGEFEB teve papel importante no encargo de repassar, para os expedicionários brasileiros, os telegramas vindos do Brasil, servindo de elemento de ligação com a organização norte-americana que operava o serviço telegráfico (SALES, 2013:15).

O sucesso da Campanha na Itália muito se deve ao profissionalismo das tropas brasileiras. Apesar do apoio norte-americano, havia muitas e diferenciadas necessidades, como, por exemplo, não havendo militar barbeiro, o mais moderno assumiria a função. Em Tarquínia, o 1º GAvCa recebeu mais três oficiais intendentes e vários praças, "que constituiriam a vanguarda do pessoal que continuaria sempre a chegar, a fim de permitir que fossem todos paulatinamente regressando ao Brasil" (apud. SALES, 2013:16).

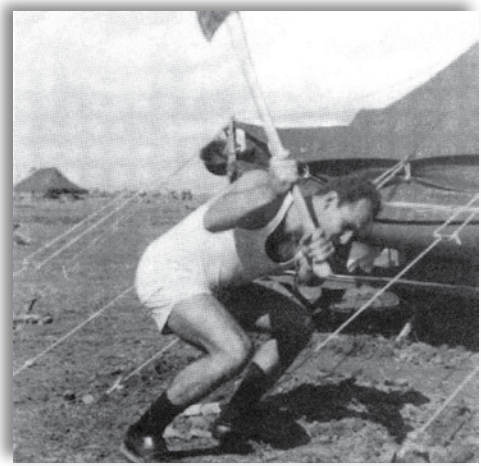
Escrevendo correspondências
(Foto: Heróis dos Céus)



Recebimento de correspondências
(Foto: Heróis dos Céus)



Acampamento em Tarquínia
(Foto: Heróis dos Céus)



Montagem do acampamento
(Foto: Heróis dos Céus)

Visita às instalações do S.I da 1ª D.I.E, em Pistoia. O Brig Gen Joseph P. Sulivan parabeniza o Maj Lourival Campello pelo êxito no treinamento de cozinheiros que atuaram na Guerra (Catálogo de exposição - CENDOC)

O serviço de barbearia era antes feito pelos próprios combatentes (Foto: Heróis dos Céus)

Em Pisa, nova base de operações do 1º GAvCa, as condições de conforto melhoraram bastante. Os oficiais brasileiros, alojados em um hotel sem água, mas com energia elétrica e aquecimento, compartilhavam do restaurante norte-americano, mas "passados uns três meses, procurando satisfazer melhor as exigências do paladar brasileiro, inauguraram um clube próprio, a pequena distância, onde não só faziam as refeições, como também organizavam festas semanais. Quanto ao pessoal subalterno do Grupo, este vivia em condições de conforto muito semelhantes, tendo, desde o início, uma cozinha brasileira e, em pouco tempo, bons chuveiros com água quente e fria" (Apud. SALES, 2013:16).

Ao término da guerra, quando os combates finalmente cessaram, todo o esforço de organizar a volta ao Brasil rendeu um trabalho árduo, em particular aos almoxarifados.

Alguns militares da Intendência merecem destaque na campanha da Itália, tais como: 1º Tenente Milton Lemos Camargo, 2º Tenente Paulo Guizan Gonçalves, 2º Tenente Alfredo de Amaral Barcellos, 2º Tenente Lucídio Chaves, 1º Tenente Cauby de Paiva Guimarães e o Major Ovídio Alves Beraldo.

Durante a participação brasileira na Segunda Guerra, foram 445 missões executadas, um total de 2.546 saídas ofensivas e 4 defensivas, somando 5.465 horas de voo em operações de guerra, dentre as 6.144 realizadas. Foram 4.442 bombas lançadas, mais de 1.180.200 cartuchos de munição calibre ponto cinquenta e 4.058.651 litros de gasolina utilizados (LAVENÈRE-WANDERLEY JR,1975:301).

Acampamento do 1º GAvCA em Tarquínia (Fonte: Heróis dos Céus)

O sucesso da FAB na campanha da Itália, sem dúvida, deveu-se, em muito, ao empenho de seus Intendentes. Toda a logística de transporte, o preparo das aeronaves, além da pagadoria, dos suprimentos e até o zelo pelo bem estar da tropa foram garantidos pela excelência no cumprimento das atividades de Intendência da Aeronáutica Brasileira.

Mulheres enfermeiras em missão aérea militar (Fonte: Revista Brasileira de Enfermagem)

Criação do Serviço de Intendência e a promoção à Brigadeiro

Em 23 de agosto de 1945, o Decreto-lei nº 7.892 criou o Serviço de Intendência da Aeronáutica, aglutinando o SFAer com a 4ª Divisão de Intendência da DM. Ficou patente que tal junção ocorreu em função da crescente necessidade de aprimoramento das atividades de Intendência, motivada pela experiência da Segunda Guerra Mundial.

O grande sonho do Cel Granja era ver criado o Serviço de Intendência da FAB e, para que isso acontecesse, ele se empenhou ao máximo junto às autoridades da Aeronáutica, bem como ao Governo Federal. Com a criação do Serviço de Intendência da Aeronáutica foi prevista a patente de Brigadeiro Intendente, com o

interstício de dois anos entre o cargo de Coronel e Brigadeiro.

O Cel Granja ocupou o cargo de Diretor-Geral da Intendência de 1945 a 1951. Enquanto dirigia a Intendência, ele foi promovido a Brigadeiro, em 24 de janeiro de 1946, e por força da Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, foi promovido a Major-Brigadeiro, em 17 de outubro de 1951, quando pediu transferência para a reserva.

Em suas memórias, o Cel Granja narra que, devido a uma investigação para apurar irregularidades dos negócios do deputado paulista e empresário Hugo Borghi com o Banco do Brasil, referentes a empréstimos destinados à compra de algodão, foi criada uma comissão especial de inquérito encarregada por analisar os documentos financeiros da empresas de Borghi. A comissão deveria ser composta por três oficiais generais provenientes das três forças e, de preferência, os Chefes dos Serviços de Intendência e da Fazenda.

Coronel Granja
(Acervo do Depósito Central de Intendência)

Como não havia Oficial General que pudesse representar a Força Aérea, o então presidente Dutra teve que abrir exceção nas promoções ao generalato e foi aconselhado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal José Linhares a baixar três decretos: um reduzindo o interstício do posto de Coronel, o segundo promovendo o Cel Granja a Brigadeiro e, por fim, nomeando-o membro da Comissão.

Contribuições diretas à Intendência e à FAB

Sendo um homem bastante organizado, o Brig Granja defendia que o investimento em especialização era fundamental "para atingir a harmonia desejada no conjunto de esforços de todos e que na prática se possa [sic] traduzir por eficiência" (GRANJA, 1949:11).

O apoio incondicional do Ministro Joaquim Salgado Filho foi fundamental para o desenvolvimento das finanças da Aeronáutica. Ele pretendia estabelecer um órgão para assuntos financeiros, semelhante aos órgãos existentes nos ministérios civis, contratando mão de obra especializada.

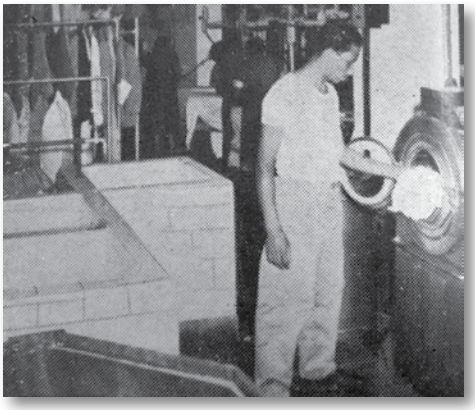
Enquanto ocupou o cargo de Diretor-Geral da Intendência, o Brig Granja fez uso de suas habilidades de gestor, para auxiliar diretamente no desenvolvimento da Intendência na FAB. Entre seus feitos, destaca-se a unificação entre as atividades de Finanças e Provisões de Intendência, como também a organização do Serviço de Pagamento de Pessoal, que passou a ser realizado por vias bancárias.

No que tange à regulamentação do Serviço de Intendência e uma melhor organização e criação de depósitos que facilitariam o trabalho do intendente, foram elaborados o Regulamento e o Regimento do Serviço de Intendência da Aeronáutica, além da organização do Depósito de Material Bélico e do Depósito Central de Intendência da Aeronáutica, em Marechal Hermes.

Houve ampliação e diversificação dos reembolsáveis, como também a criação de uma lavanderia, ícone de avanço e modernidade, com o sistema de lavagem a seco (*dry cleaning),* uma novidade no Brasil. No período, também foram projetadas a Fazenda de Pirassununga, a Fazenda de Jacarepaguá e a Granja do Galeão.

Inauguração do Reembolsável
(Foto: Revista de Intendência)

Seção de perfumaria do Reembolsável
(Foto: Revista de Intendência)



Maquinário da lavanderia
(Foto: Revista de Intendência)

Em suas memórias, o Brig Granja destaca que, nos primeiros cinco anos do Serviço de Intendência, foram criadas as Subdiretorias de Finanças e de Provisões de Material de Intendência, além do Depósito Central de Intendência (DCI). Criou-se também as Divisões de Orçamento, de Reembolsável, a Divisão Legal e a Seção Auxiliar, todos integrando a estrutura da Diretoria do Serviço de Intendência, além do Reembolsável Central, com dois anexos, um em Marechal Hermes e outro no Galeão. Destaca-se, ainda, a instalação de um frigorífico no subsolo do edifício do Aeroporto Santos Dumont, contendo 360 m², além da aquisição de um depósito na Rua Venezuela.

Entre os patrimônios adquiridos pela Força Aérea Brasileira na era Granja, podem ser destacados: o prédio do Ministério da Aeronáutica, no centro da cidade do Rio de Janeiro, a criação do Instituto Tecnológico de São José dos Campos e a criação do Clube de Aeronáutica.

Enquanto esteve à frente das atividades de Intendência da Aeronáutica, o Brig Granja empreendeu as seguintes realizações:

• Pagamento por Vias Bancárias

Ressalta-se o pioneirismo do Serviço de Fazenda de Aeronáutica (SFAer), que foi o primeiro órgão administrativo na implantação do pagamento por vias bancárias, tendo, como modelo, o adotado na França, dentre outros países. Na época, o então Coronel Granja era Chefe do SFAer. Ele contou com o auxílio do Capitão Pres Moreira que pesquisou, entre os oficiais que já recebiam por vias bancárias, a preferência por esse serviço, o qual foi implementado por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal. Para que a mecanização contábil das unidades fosse viável, foram adquiridas trinta máquinas *Pay-Roll-Transverse Printer*, da empresa americana *National*. E, para capacitar o pessoal que operaria essas máquinas, foi criado o Curso de Contabilidade Mecanizada.

Máquina de impressão
Pay-Roll-Transverse Printer
(Foto: Revista de Intendência)

• Transferência do Depósito para Marechal Hermes

O DCI funcionava em dois galpões do Depósito de Material da Aeronáutica, no bairro de Manguinhos. Como as instalações eram precárias, havia a necessidade de transferência da Unidade. A fim de resolver tal situação, o Brig Granja enviou uma carta ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro Clóvis Travassos, dando ciência do fato.

Paralelamente, o Brigadeiro conseguiu, depois de meses de negociações com o Ministério da Guerra, a doação de duas áreas de aproximadamente 130.000 e 40.000 m². As terras estavam localizadas próximas à via férrea e rodovia, bem como ao Campo dos Afonsos.

Em matéria veiculada na *Revista de Intendência,* o Engenheiro Luiz Marzari, um dos responsáveis pelo projeto e obras do DCI, relatou que um dos maiores problemas enfrentados, a remoção de moradores que já viviam há anos no terreno, foi, contudo, resolvido sem atrito.

Após a remoção dos moradores, foi iniciado o processo de limpeza, saneamento e demarcação do terreno. Posteriormente, foram iniciadas, efetivamente, as obras de construção do DCI. O engenheiro Celio Lyra, que também escreveu matéria para a citada Revista, com o título "Visita do Presidente da República às obras de Marechal Hermes", destacou que o projeto primava por pavilhões cuja ventilação e

Jantar de comemoração pela conquista do terreno para a construção do DCI
(Fonte: Acervo do Depósito Central de Intendência)

O General Dutra, Ten Brig Trompowisky e Brig Granja em visita ao Depósito
(Foto: Revista de Intendência)

claridade eram perfeitos. Quanto à composição do prédio em questão, Lyra fez menção ao discurso do Brigadeiro Granja às autoridades presentes:

> *"o depósito, quando pronto, compor-se-á do Edifício Central – Sede da Administração: Dois pavilhões para armazenamento de artigos para subsistência, seis pavilhões para material de intendência, inclusive o visitado; um pavilhão para silos de encosta e, ao lado, uma câmara de beneficiamento de minerais; cursos técnicos para a formação de artífices, panificadores, magarefers tintureiros e outros, oficina de carpintaria, marcenaria, mecânica, etc.; depósitos de inflamáveis, posto de abastecimento e garage; conjunto de nove casas para residência de oficiais; conjunto de treze casas pré-moldadas para residência de mestres, quatro das quais estão prontas e uma em conclusão; e uma praça de esportes" (LYRA, 1949:P19).*

Lyra ainda pontuou que, devido à elevada temperatura da região de Marechal Hermes, foi realizado um estudo para arborização da área, a fim de levar maior conforto e um ambiente mais agradável aos que fossem trabalhar naquele local.

Tão logo as obras de um dos pavilhões foram concluídas, foi feita a inauguração e o DCI transferido para as instalações provisórias de sua sede.

• Fazenda de Pirassununga e novo prédio da Escola de Aeronáutica

Havia a ideia de encontrar um lugar onde se pudesse plantar cereais e criar gado, bem como para a instalação de uma nova sede para a Escola de Aeronáutica, substituindo a Escola existente no Campo dos Afonsos. O Aviso nº 16, de 23 de janeiro de 1942, designava uma comissão de oficiais aviadores, com a finalidade de escolher um novo local para a construção da nova Escola. Foi então localizada uma área de aproximadamente 63.000 m², em Pirassununga, interior de São Paulo, que serviria perfeitamente para a instalação da Fazenda e da nova Escola.

O primeiro pavilhão construído da série de nove projetados para o DCI (Foto: Revista de Intendência)

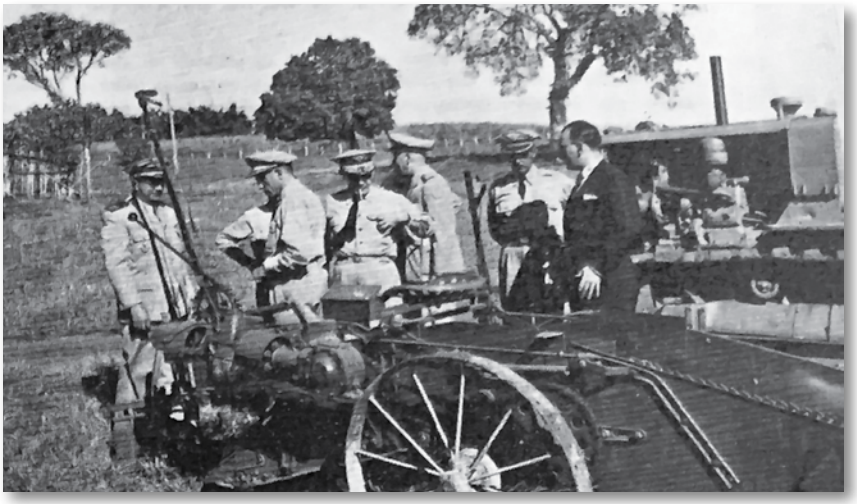
Com o parecer favorável do Estado-Maior da Aeronáutica para a aquisição da área e construção da Fazenda, o Serviço de Intendência ficou responsável por subsidiar e designar equipes para a execução do projeto. Dentre as primeiras providências, cercou o terreno, destinando uma área maior para a instalação da futura Escola.

Iniciadas as obras, foram fornecidas aos operários condições e subsídios para se manterem. Enquanto trabalhavam na construção da Fazenda, os intendentes também providenciaram escola para os filhos dos trabalhadores.

Quatro anos após ser transferido para a reserva, o Brig Granja foi convidado a visitar a Fazenda, tendo ficado muito satisfeito ao ver que o projeto havia sido melhorado e que plantaram alguns milhares de pés de café.

Por outro lado, ficou muito preocupado ao descobrir que não havia ainda solução concreta por parte do Ministério para a transferência da Escola para Pirassununga, o que levou alguns deputados estaduais a solicitarem anulação da concessão feita à Aeronáutica.

Ao regressar ao Rio de Janeiro, o Brigadeiro Granja redigiu um texto, que foi entregue ao Comandante da Escola de Aeronáutica, com cópia para o Diretor de Ensino, expondo o que foi visto e sugerindo que alguns alunos fossem transferidos para a nova sede. Que as casas dos oficiais e professores ficassem próximas à Escola, evitando despesas com combustível. Ele ainda sugeriu o cultivo de uma horta, que seria essencial, uma vez que a Escola estava longe do comércio da Cidade.



Ministro Nero Moura, Brig Granja, Brig Aboim, Cel Orlando e Cel Montenegro examinando a máquina agro-industrial na Fazenda de Pirassununga (Foto: Revista de Intendência)

Brig Granja mostrando ao Ministro Nero Moura e ao Brig Cunha a área da Fazenda de Pirassununga (Foto: Revista de Intendência)

A transferência para a nova sede se deu a partir do ano de 1960, com a inauguração do Destacamento Precursor de Aeronáutica em 17 de Outubro do referido ano. Em Julho 1969, houve a mudança de nome para Academia da Força Aérea bem como do destacamento, que passou a se chamar Destacamento Precursor da Academia da Força Aérea. Dois anos após, em 1971, a Escola já estava completamente transferida para a nova sede.

Transferência para a Reserva

O Major-Brigadeiro Granja foi transferido para a reserva remunerada em outubro de 1951, deixando assim o cargo de Diretor-Geral de Intendência da Aeronáutica.

A promoção ao posto de Tenente-Brigadeiro ocorreu por meio de Decreto Presidencial, assinado em 15 de dezembro de 1958, o qual previa que a promoção deveria ser considerada a contar do dia 17 de setembro de 1951. Este Decreto estava amparado na Lei nº 1.267, de 09 de dezembro de 1950.

O Ten Brig Granja faleceu em dezembro de 1975, no Hospital Central da Aeronáutica.

A conduta ilibada, associada aos seus feitos em prol da Intendência da Aeronáutica, fizeram com que, no dia 06 de agosto de 1979, fosse publicada a Portaria nº 909/GM3, que concedia o título de Patrono do Serviço de Intendência da Aeronáutica ao Tenente-Brigadeiro Intendente José Epaminondas de Aquino Granja.

O texto da Portaria exaltava as qualidades do militar: o "esforço, espírito criativo, dinamismo, habilidade e profundo conhecimento dos regulamentos militares e legislações administrativas." Tais qualidades foram fundamentais nas realizações ao longo de sua carreira.

Como pode ser notado, a vida do Brigadeiro Granja sempre esteve atrelada à Intendência, fosse no Exército ou na Força Aérea Brasileira. Ele sempre trabalhou, incessantemente, em prol do desenvolvimento de melhorias das unidades em que esteve.

ACANTO:
O símbolo da Intendência

O acanto (*Acanthus mollis)* é uma planta florida, pertencente à família *Achantaceae*, bastante comum na região mediterrânea. Desde a antiguidade clássica, a folha de acanto foi amplamente utilizada na arquitetura e ornamentação de templos, túmulos e monumentos. Há também referências a tal planta na literatura medieval e na arte barroca.

Segundo pesquisas, o primeiro registro de utilização no meio militar é encontrado na Ilíada, de Homero, onde o uso liga-se justamente à atividade que seria conhecida como Intendência. Conta o poema que, nos exércitos de Agamenon, comandante dos gregos na Guerra de Tróia, havia oficiais de altas patentes responsáveis unicamente pela administração dos recursos de campanha. Tais militares ornamentavam as próprias barracas com as folhas do acanto, utilizando-as como símbolo de distinção.

As folhas do acanto serviam como um excelente meio dos oficiais serem reconhecidos, pois a altura das plantas facilitava a identificação dos mesmos a uma maior distância. Seu uso disseminou-se através do tempo. Em Roma, foi empregado também nas atividades burocráticas, servindo de carimbo em documentos oficiais, uma vez que as folhas facilmente se amarelavam.

O acanto possui também a característica de emanar uma coloração dourada, quando em contato direto com a luz do sol, possibilitando encerrar um forte conteúdo simbólico, pois o dourado associa-se à riqueza. O antigo uso da folha de acanto em rituais religiosos (desde o Egito, passando por Grécia e Roma) pode explicar ainda a associação simbólica com a virtude da pureza, que está ligada sobremaneira aos aspectos metafísicos e espirituais.

Um símbolo que alude à riqueza, aos recursos necessários à guerra, bem como à pureza, considerada a virtude necessária para administrar tais recursos. Assim é o acanto; não haveria melhor símbolo para representar a Intendência Militar. E não houve, na história da Aeronáutica, uma personalidade que melhor encarnou os ideais do mencionado símbolo do que o Ten Brig Int José Epaminondas de Aquino Granja, que devotou a própria vida à estruturação da Intendência da Força Aérea Brasileira.

Símbolo da Intendência

Canção da Intendência da Aeronáutica

Música: Francisco Bezerra da Silva
Letra: Luiz Rabelo de Melo - 2S STA

I

Esplendor de saber e bondade,
Galardão de perene ideal,
Elevando o estandarte às estrelas,
Sempre fui e serei sem igual.

II

Do ACANTO, a florente pureza
Estará sublimando o perfil,
Desta força vibrante e coesa,
Que enaltece o valor do Brasil.

III

Sou o hoje, o amanhã, a história,
A virtude, o progresso, a essência,
Sou a paz, ouro, prata, vitória,
Somos um, sou você INTENDÊNCIA!

A Intendência em ação...

Fonte: https://www.flickr.com/photos/portalfab/

1 *Acampamento instalado na Base Aérea de Chapecó - SC*

2 *Café da manhã das tropas da FAB em missão no Haiti*

3 *Diretoria de Intendência auxiliando as missões do COMAER*

4 *Modelo de rancho*

5 *Rancho da Unidade Celular de Intendência instalado em Maringá - PR*

6 *Unidade Celular de Intendência em Maringá - PR*

7 *Exemplo de acampamento nos dias atuais*

A 2º Ten QOCon His Elaine Gonçalves da Costa pertence ao efetivo deste Instituto e integra a equipe do SISCULT.

Referências Bibliográficas

Arquivo DAG/CENDOC.

Decreto-lei nº 2.961 - de 20 de Janeiro de 1941. *Cria o Ministério da Aeronáutica*. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal Legislação. Online. Capturado em 05 fev. 2015. Disponível na Internet: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html

Decreto-lei nº 3.876 - de 03 de Dezembro de 1941. Cria no Corpo de Oficiais da Aeronáutica (C.O.Aer), o Quadro de Intendência da Aeronáutica (Q.I.Aer). In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal Legislação. Online. Capturado em 05 fev. 2015. Disponível na Internet: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3876-3-dezembro-1941-451940-norma-pe.html

Ministério da Guerra. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro de Estado da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Junho/1908

Avestruzes no Céu da Itália. MAER:1975.

BICALHO, Maria Fernanda. Invasão francesa. In FIGUEIREDO, Luciano (org). "História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país". Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

BRAZ, Márcio Alexandre de Lima. "A logística militar e o serviço de intendência: uma análise do programa excelência gerencial do Exército Brasileiro". Dissertação de mestrado em "Administração Pública", Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMBESES JR., Manuel. "A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial". Rio de Janeiro: INCAER.

CARVALHO, Sebastião de. “A Contribuição do Banco do Brasil à FEB”. In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 3, Ano I, abril-junho de 1950.

MOREIRA, Coronel Luiz Peres. “Auxiliares de Intendência”. In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 2, Ano I, julho-setembro de 1950.

SALES, Mauro Vicente. “A intendência da FAB na Segunda Guerra Mundial”. In: Ideias em Destaque. nº 41, Ano I, Maio-Agosto de 2013.

SALGADO, Maiza e CORREA, Edison. “Salgado Filho: primeiro ministro da Aeronáutica do Brasil”. Rio de Janeiro: Adler, 2007, p.28 e 29.

CASTELO BRANCO, Coronel Intendente M. Narciso. “Surto e Evolução da Intendência”. In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 1, Ano I, setembro de 1949, p.16.

GRANJA, José Epaminondas de Aquino. Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 2, Ano I, dezembro de 1949.

GRANJA, José Epaminondas de Aquino. RESUMO HISTÓRICO DA DIRINT para a DIRDOC, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1970.

GRANJA, [Ten] Brig Int José [Epaminondas de Aquino]. “Assuntos Gerais: o maior consumidor supre os menores”. In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 3, Ano I, abril-junho de 1950.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Ten Brig Nelson Freire. “História da Força Aérea Brasileira”. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira,1975.

LE GOFF, Jacques. “A história nova”. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). “Usos e abusos da história oral”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LIMA, Rui Moreira. “Senta a pua!”. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1980.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. “O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma”. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.

LYRA, Célio. “Visita do Presidente da República às obras de Marechal Hermes”. In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 3, Ano I, julho-setembro de 1950.

MCCANN, Frank. "D. Soldados da Pátria. A História do Exército Brasileiro – 1889/1937". Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.

MOREIRA, Coronel Luiz Peres. "Auxiliares de Intendência". In: Revista de Intendência da Aeronáutica. nº 2, Ano I, julho-setembro de 1950.

A Intendência na Força Aérea Brasileira. Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica.

SALGADO, Maiza. "Salgado Filho, primeiro ministro da Aeronáutica do Brasil". Rio de Janeiro: Adler, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. "Economia e sociedade na América espanhola". Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Sites consultados

A intendência. Disponível em http://www.dirint.intraer/index.php/intendencia/a-intendencia.html, acesso 05/05/2014.

Intendente. Disponível em http://finslab.com/enciclopedia/letra-i/intendente.php, acesso em 08/05/2014.

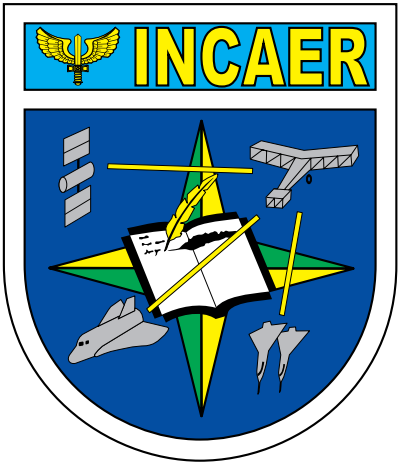
História da Casa do Trem. Disponível em http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-p-220.htm, acesso em 09/05/2015.

Histórico. Disponível em http://www.afa.aer.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27&Itemid=233, acesso em 05/05/2015.

A folha de acanto e o distintivo dos intendentes. Disponível em: http://www.dirint.intraer/index.php/o-simbolo.html, acesso em 18/05/2015.

Armas, Quadros e Serviços. Disponível em: http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos/-/asset_publisher/W4kQlILo3SEa/content/servico-de-intendencia, acesso em 18/05/2015.

O Símbolo. Disponível em https://www.intendencia.mar.mil.br/?q=content/o-s%C3%ADmbolo, acesso em 18/05/2015.



Conectando o passado, o presente e o futuro da cultura aeronáutica

INCAER - Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
Conectando o passado, o presente e o futuro da cultura aeronáutica
www.incaer.aer.mil.br